



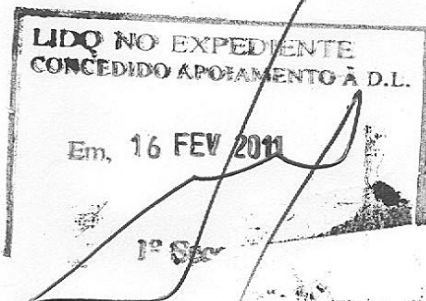
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

GABINETE DEPUTADO STEPHANES JUNIOR

Fls. 01

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 045/11



SÚMULA: Altera o Parágrafo Único do art. 2º, da Lei nº 11.027 de 29 de dezembro de 1994, (COMEC) incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente.

Art. 1º Fica alterado o Parágrafo Único da Lei 11.027, de 29 de dezembro de 1994, que foi alterada pelas Leis nºs, 11.096, de 16 de maio de 1995; 12.125, de 22 de abril de 1998 e 13.512, de 21 de Janeiro de 2002, incluindo os municípios de Piên e Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º . . .

Parágrafo Único: A Região Metropolitana de Curitiba é constituída pelos municípios de Curitiba, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, **Campo do Tenente**, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, **Piên**, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, assim por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas".

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 2011.

REINHOLD STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ	
PROTOCOLO Nº	3325
EM 17/02/11	
FUNCIONÁRIO	

14:50 16/02/2011 000298 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

Num primeiro momento cabe salientar que os municípios abaixo relacionados pertencem à Região Metropolitana de Curitiba e, estão a uma distância de Curitiba maior do que **Piên e Campo do Tenente**, a saber:

1) Doutor Ulysses à 163 Km; 2) Adrianópolis à 127 KM; 3) Cerro Azul à 108 Km;

Integrar estes municípios à RMC se fazem necessárias, haja vista o grande número de mão-de-obra que estes municípios alocam em Curitiba, e visando proporcionar justa integração destes trabalhadores à capital do Paraná, esta medida trará uma melhoria na qualidade de vida, não somente destes trabalhadores, mas como dos municípios de Piên e Campo de Tenente.

Esta proposta visa alavancar as condições de crescimento para estes municípios e toda a região, e colocar os benefícios disponibilizados pelo Poder Público ao dispor dos cidadãos que lutam pelo crescimento de seus municípios, e concomitantemente beneficiam Curitiba com o suado labor do dia-a-dia prestado em empresas da nossa Capital e, para que, efetivamente alcancem a maior parte da população da Região Metropolitana.

Uma das principais melhoria na qualidade de vida que se irá proporcionar aos municípios de Piên e Campo do Tenente, será a integração do transporte coletivo, haja vista a eficiência deste dispositivo, consolidada com a RIT – Rede Integrada de Transportes; cujos trabalhadores serão os maiores beneficiados, efetivamente, além de maior rapidez no deslocamento ao trabalho, resultando em consequente alta da produtividade, além da economia e customização para empresas e empregados.

Isto posto solicito o pleno apoio dos nobres pares desta Casa de Leis, pela relevante importância sócio-econômica da matéria aqui elencada.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

REQUERIMENTO



Súmula: Requer a anexação dos Projetos de Lei nº 181/11 e 234/11 ao 045/11, por tratarem de matérias correlatas.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário, a anexação dos **Projetos de nº 181/2011 e 234/2011 ao 045/2011**, conforme dispõe o art. 120 do Regimento Interno desta Casa de Leis, por tratarem de matérias correlatas.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2011.

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente da Comissão
de Constituição e Justiça

15:29 09/05/2011 002761 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

PARECER AO PROJETO LEI Nº 045/11 (anexado aos Projetos 181/11 e 234/11)

Projeto de Lei nº 045/11

Autor: Dep. Reinhold Stephanes Júnior

Projetos anexados:

Projeto de Lei nº 181/11 – Autor: Dep. Reinhold Stephanes Júnior

Projeto de Lei nº 234/11 – Autores: Dep. Anibelli Neto e Dep. Toninho Wandscheer

SUMULA: Altera o Parágrafo Único do artigo 2º da Lei 11.027 de 29 de d de 1994, (COMEC), incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente.

EMENTA: INCLUSÃO DE MUNICÍPIOS Á REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. MUNICÍPIOS DE PIÊN E CAMPO DO TENENTE. LEI ESTADUAL 11.027/1994. CONFORMIDADE COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. LEGAL E CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

1. DO PROJETO LEI

O Projeto Lei nº 045/11 de autoria do Dep. Reinhold Stephanes Júnior, anexado ao Projeto de Lei nº 181/11, de autoria, também, do Dep. Reinhold Stephanes Júnior e ao Projeto de Lei nº 234/11 de autoria dos Deputados Anibelli Neto e Toninho Wandscheer, altera o Parágrafo Único do artigo 2º da Lei 11.027 de 29 de d de 1994, (COMEC), incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente á Região Metropolitana de Curitiba.

2. COMPETÊNCIA E PREVISÃO LEGAL

Primeiramente, é imprescindível analisar a competência legislativa sobre a matéria constante no projeto de lei em análise.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

deliberar sobre planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento. A saber, artigo 53 da Constituição Estadual:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

Ademais, nos ditames da Constituição do Estado do Paraná se verifica que a COMEC é o órgão de apoio técnico que organiza a Região Metropolitana de Curitiba. Vejamos o que dispõem os arts. 21, 22 e 23 da Constituição Estadual:

Art. 21. O Estado instituirá, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos Municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional.

Art. 22. O planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões deverá adequar-se às diretrizes de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

Art. 23. É facultada a criação, mediante lei, de órgãos ou entidades de apoio técnico de âmbito regional, para organizar, planejar e executar as funções públicas de interesse comum.

Portanto, a propositura do presente projeto de lei é legítima, uma vez que, nos ditames da Constituição do Estado do Paraná, a criação ou modificação da Região Metropolitana se dá através de lei.

Assim, compreendemos que o projeto ora em análise se encontra coberto de legalidade, visto que atende as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo reputado constitucional.


3. CONCLUSÃO

Nesse contexto, verificamos que o projeto está em conformidade com nossa Constituição Estadual, bem como, dentro da legalidade.

Quanto à **técnica legislativa**, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar n.º 95/98.

Desta forma, em decorrência de PARECER, inferimos pela **aprovação** do projeto que ora se analisa, conforme motivos já explicitados.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2011


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente da Comissão


DEP. NEREU MOURA
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS

Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 045/2011

Projeto de Lei Complementar nº 045/2011 - *“Altera Parágrafo Único do art. 2º da Lei 11.027 de 29 de dezembro de 1994, (COMEC) incluindo os municípios de Piên e Campo do Tenente.”*
PLs anexados – 181/11 e 234/2011

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Reinhold Stephanes Junior que *“Altera Parágrafo Único do art. 2º da Lei 11.027 de 29 de dezembro de 1994, (COMEC) incluindo os municípios de Piên e Campo do Tenente”* teve anexado os Projetos de Lei Complementar nº181/11 de autoria do mesmo nobre deputado, e ao PL Complementar nº 234/11, de autoria dos Deputados Anibelli Neto e Toninho Wandscheer, que também incluem o município de Rio Negro, além dos dois citados na súmula.

Pretendem os autores modificar a Lei nº11.027/1994, que cria a Região Metropolitana de Curitiba e cria a Autarquia COMEC, no sentido de ampliar o rol de municípios pertencentes a citada região metropolitana. Argumentam, os autores, que outros municípios que fazem parte da COMEC distam da Capital mais de 160km, como o caso de Doutor Ulysses, e que os municípios a serem inseridos tem uma distância inferior a citada e que participam mais do dia-a-dia da Região.

O Projeto de Lei complementar passou pela Comissão de Constituição e Justiça e recebeu parecer favorável e agora é chamada esta Comissão Permanente para emitir parecer. No que tange a competência de nossa Comissão é preciso salientar que há anos o IPARDES, a COMEC e outros entes apontam que a expansão da Região Metropolitana de Curitiba deve se dar no sentido sul, ou seja, no mesmo sentido em que se encontram os municípios propostos pelos autores.

Incluí-los, assim, faz parte de estudos e de apontamentos de órgãos de planejamento e também de uma vontade dos munícipes que receberão uma série de benefícios, integrando ainda mais a região e permitindo que o colar de expansão da Região seja efetivamente cumprido.

Assim como houve a anexação dos projetos de lei é necessário uma emenda modificativa no sentido de incluir no texto do parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 11.027/1994, cuja alteração é proposta pelo artigo 1º do projeto de lei



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

complementar em tela, no sentido de incluir o município de Rio Negro, na forma da emenda em anexo.

Com certeza o projeto de lei complementar vem beneficiar a Região Metropolitana e assim deve prosperar, considerando-se a inclusão da emenda anexa.

Diante de todo o exposto somos **FAVORÁVEIS**, s.m.j., ao prosseguimento do projeto de lei complementar.

Sala das comissões, 31 de maio de 2011.

Dep. LUIZ EDUARDO CHEIDA
Relator

Dep. Toninho Wandscheer
Presidente da Comissão



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda Modificativa ao PL Complementar nº045/2011

Altera-se o artigo 1º do Projeto de Lei Complementar nº045/2011, incluindo o município de Rio Negro no rol dos municípios que constituem a Região Metropolitana de Curitiba, passando o artigo a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º idem

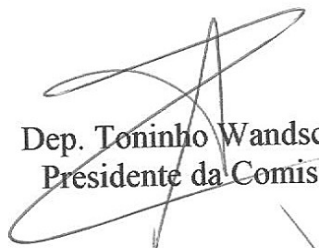
Lei 11.027/94

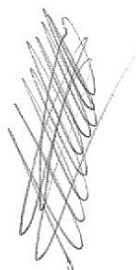
Art.2º - ...

Parágrafo único. A Região Metropolitana de Curitiba é constituída pelos municípios de Curitiba, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do sul, Campina Grande do Sul, **Campo do Tenente**, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Ipa, Madirituba, **Piên**, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, **Rio Negro**, São José dos Pinhais, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, assim por outros municípios criados em áreas territoriais desmembradas”

Sala das sessões, 31 de maio de 2011.


Dep. LUIZ EDUARDO CHEIDA
Relator


Dep. Toninho Wandscheer
Presidente da Comissão







Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Fiscalização da ALP e Assuntos Municipais

PARECER AOS PROJETOS DE LEI Nº045/11, 181/11 E 234/11

PREFÁCIO

*O Projeto de Lei n º 045/11, de autoria do Deputado Reinhold Stephanes Junior, Projeto de Lei Complementar nº 181/11, de autoria do Deputado Reinold Stephanes Junior e Projeto de Lei n º 234/11, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli Neto e Toninho Wandscheer, **todos anexos**, visam respectivamente, alterar o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 11027/94 – COMEC, incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba; alterar o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 11027/94 – COMEC, incluindo o Município de Rio Negro na Região Metropolitana de Curitiba; incluir os Municípios de Piên e Rio Negro na Região Metropolitana de Curitiba.*

DA TRAMITAÇÃO

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Assuntos Metropolitanos, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

Os Municípios de Piên e Campo do Tenente encontram-se a uma distância menor de Curitiba do que alguns municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Curitiba.

Visando proporcionar justa integração dos trabalhadores destes municípios com a Capital do Estado, alavancar as condições de crescimento para estes municípios e toda a região, melhorar a qualidade de vida através da integração do transporte coletivo, são alguns dos vários objetivos desta matéria.

DA CONCLUSÃO

*Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser de suma importância o teor dos mencionados projetos. Assim, manifestamo-nos pela sua **aprovação**.*

É o parecer.

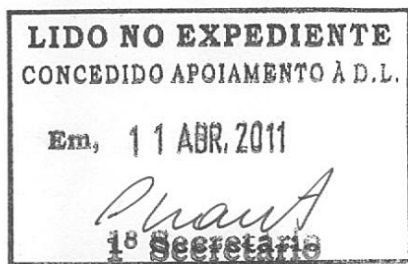
Sala das Comissões, em 04 de julho de 2011.

DEPUTADO NELSON GARCIA
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



PROJETO DE LEI Nº 309/11

1844
Art. 1º. Fica inserido no calendário estadual o "DIA DO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE", a ser comemorado anualmente, no dia 13 de março.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2011.

GILBERTO RIBEIRO
DEPUTADO ESTADUAL



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



Justificativa:

O presente Projeto de Lei tem por escopo inserir no calendário estadual o "Dia do Técnico em Meio Ambiente", a ser comemorado anualmente, no dia 13 de março.

Tal pleito, constitui-se em uma importante e justa homenagem que será feita anualmente ao profissional Técnico em Meio Ambiente.

De igual modo, saliento que com a aprovação da presente proposição, estaremos reconhecendo todo o trabalho importante que o profissional vem desenvolvendo para o nosso país e também para a humanidade, pois a preocupação com o meio ambiente deve sem sombra de dúvidas ser buscada constantemente.

O Técnico em Meio Ambiente é um profissional de grande importância, e como tal deve ser lembrado em uma data não menos importante. Para tanto, sugere-se o dia 13 de março, pois foi realizada nessa data a Conferência Mundial da ONU(COP8 MOP 3) sobre o meio ambiente, sediada em Curitiba.

Assim sendo, solicito o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis para a aprovação da presente proposta.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

PROJETO DE LEI 309/2011

AUTOR: DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO

RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI

SÚMULA: INSERE O DIA 13 DE MAIO NO CALENDÁRIO ESTADUAL COMO DIA DO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE.

EMENTA: INSERÇÃO DATA CALENDÁRIO OFICIAL. DIA TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE. COMPETÊNCIA MEMBRO LEGISLATIVO. ARTS. 65 E 190, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO.

Síntese:

O Projeto de Lei nº. 309/2011 objetiva inserir o dia 13 de maio como técnico em meio ambiente no calendário estadual.

Fundamentação:

O **Regimento Interno** da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe no seu art. 33, §2º, I, que à Comissão de Constituição e Justiça compete analisar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e a técnica legislativa do Projeto de Lei proposto, estritamente.

Portanto, esta análise ficará restrita à constitucionalidade e legalidade do Projeto, pois as demais comissões analisarão o mérito acerca da pertinência da institucionalização do dia do técnico em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

meio ambiente e da eventual existência da data no calendário oficial do Estado.

A constitucionalidade da proposição reside no artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Desta forma, diante da constitucionalidade, legalidade e legitimidade, **opino pela aprovação do Projeto de Lei nº. 309/2011 e pelo seu regular prosseguimento nesta Casa Legislativa.**

É o parecer.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2011.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Tadeu Veneri
Relator

2

Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri

Praça Nossa Sra. de Salette, s/n – 8º andar – gab 805

Tel: 3350 4094 - 3254 8121 - 3253 4241 – end. eletrônico: tadeuveneri@terra.com.br



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 309/2011

Projeto de Lei nº. 309/2011

Autor: Deputado Gilberto Ribeiro

Súmula: Fica inserido no calendário estadual o "Dia do Técnico em Meio Ambiente", a ser comemorado anualmente no dia 13 de março.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Gilberto Ribeiro, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia do Técnico em Meio Ambiente, a ser comemorado anualmente no dia 13 de março, dia escolhido pelo fato de nesta data ter sido realizada a Conferência Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente, sediada em Curitiba.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 31/05/2011, tendo como relator o nobre Deputado Tadeu Veneri, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, de junho de 2011.

ANIBELLI NETO
Presidente

HERMAS BRANDÃO JR
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Anibal Khury

D. L.

Fls. 01

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 18 ABR. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI 334 / 2011.

SUMULA: Regulamenta a cobrança das diárias dos meios de hospedagem no Estado do Paraná.

ARTIGO 1º - As diárias em hotéis, pousadas, pensões, casas de repouso e similares, no Estado do Paraná, passam a vencer a cada 24 horas, comprovadamente, a partir do ingresso dos hóspedes no estabelecimento.

ARTIGO 2º - Fica proibida a cobrança de mais de uma diária antes que complete o período a que se refere o artigo anterior desta Lei.

ARTIGO 3º - A presente Lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação, conforme estabelece a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro em seu Artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala de sessões, 12 de abril de 2011.


FABIO CAMARGO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Anibal Khury

D. L.

Fls. 02

JUSTIFICATIVA:

Em homenagem ao Deputado Antonio Belinati, reapresentamos o projeto que só não aprovado por causa da burocracia da casa, já que tinha passado por todas as comissões e aguardava a votação do plenário.

Portanto um fato que Virou rotina, praxe, hospedes serem explorados em alguns hotéis, pousadas, pensões e casas de repouso, quando são constrangidos a pagarem 2 diárias por uma hospedagem que, em alguns casos, dura apenas algumas horas. Isso fere, frontalmente, o Código Civil, em seu artigo 186, que considera o abuso fonte de enriqueci-mento ilícito.

Para exemplificar melhor para nossos nobres Pares: um hóspede que se hospeda de manhã, digamos, 10 ou 11 horas da manhã, ou antes, tem sua diária ven-cendo ao meio dia. Pode haver compreensão em alguns locais de hospedagem, sem a cobrança de 2 diárias no mesmo dia. Mas isso nem sempre ocorre, havendo, sim, a condenável postura de maus empresários do setor hote-leiro, que cobram 2 diárias para uma hospedagem inferior a 24 horas. Até o maior dos absurdos poderia ocorrer, como do cliente hospedar-se 1 hora antes do vencimento da diária e, por razões várias, for chamado por uma emergência, tendo de deixar o estabelecimento 1 hora depois do vencimento da diária, acabe vítima do cúmulo do absurdo de arcar com o pagamento de 2 diárias. Nossa homenagem aos bons e respeitados empresários da rede hoteleira e, para conter abusos de outros maus hoteleiros, o caminho correto é aprovação do presente projeto, para cuja elaboração contamos com a sábia contribuição do brilhante advogado Bartolomeu Silva, OAB nº 13.447.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 334/2011

Projeto de Lei nº 334/2011.

Autor: Deputado Estadual Fábio Camargo

Súmula: Regulamenta a Cobrança das Diárias dos Meios de Hospedagem no Estado do Paraná.

EMENTA: COBRANÇA DAS DIÁRIAS DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA PARLAMENTAR AFERIDA PARA PROPOSITURA DO PROJETO DE LEI, ART. 65 DA CE E ARTS. 121 E 124, DO REGIMENTO INTERNO. COMPETÊNCIA CONCORRENTE ESTADUAL PARA LEGISLAR SOBRE PRODUÇÃO E CONSUMO, ART. 24, V. CONFORMIDADE COM A LEI Nº 11.771/2008. EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO FEDERAL, POSSIBILIDADE DE EXERCER A COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR, ART. 24, §§ 1º E 2º, DA CF. DIREITO DO CONSUMIDOR DE TER INFORMAÇÕES A CERCA DO SERVIÇO OFERECIDO E PROTEÇÃO CONTRA PRÁTICAS ABUSIVAS, ART. 6º, III E IV O CDC. CONSTITUCIONAL E LEGAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Fábio Camargo tem por finalidade dispor sobre a cobrança de diárias nos meios de hospedagem, tendo como objetivo evitar que os



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

hospedes paguem duas diárias referentes ao mesmo dia em decorrência do horário em que deram entrada.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 65, a Assembléia pode iniciar o processo legislativo para propositura de projetos de lei, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corroborando com tal entendimento, o **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ**, dispõe em seu artigo 121 e 124, senão vejamos:

Art. 121. A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso).

Tendo em vista que o presente projeto visa estabelecer a cobrança de diárias nos meios de hospedagem de acordo com o tempo efetivamente utilizado, a **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, estabelece competência legislativa concorrente a respeito da produção e consumo, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Com relação a cobrança de diárias nos meios de hospedagem, a **LEI FEDERAL Nº 11.771/2008**, dispõe sobre regras para cobrança de diárias, senão vejamos:

Art. 23. Consideram-se meios de hospedagem os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária.

(...)

§ 4º Entende-se por diária o preço de hospedagem correspondente à utilização da unidade habitacional e dos serviços incluídos, no período de 24 (vinte e quatro) horas, compreendido nos horários fixados para entrada e saída de hóspedes. (grifo nosso).

Nota-se que a presente lei estabelece diretrizes gerais a respeito do conceito de diária e como esta deverá ser cobrada.

Diante da existência de legislação federal estabelecendo diretrizes gerais a cerca do assunto tratado no presente projeto de lei, o Estado possui a competência para exercer a competência legislativa suplementar a respeito do assunto, conforme estabelece os parágrafos do artigo 24, da **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário. (grifo nosso).

Corroborando com tal entendimento, o artigo 6º, III e IV, do CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elenca como direitos do consumidor, o direito a informação adequada dos serviços prestados e a proteção contra práticas abusivas, senão vejamos:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços; (grifo nosso).

Diante do exposto, conclui-se que o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação, estando revestido de constitucionalidade e legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 3º do projeto de lei ora analisado viola a **LEI COMPLEMENTAR 98/95**, tendo em vista que tal artigo determina que a Lei “entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação” e “revogadas as disposições em contrário”, senão vejamos:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Assim, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar este vício.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR

RELATOR

Prça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 334/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

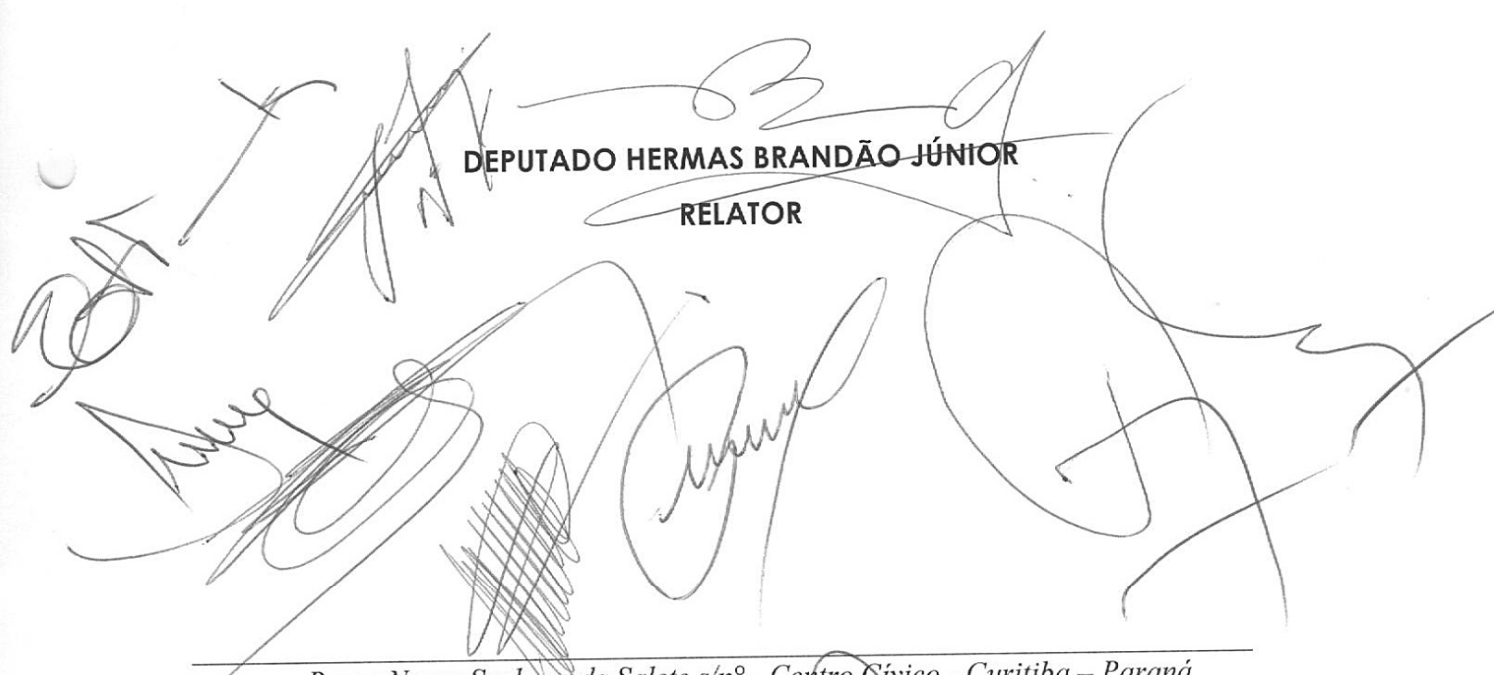
Sala das Comissões, 21 junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR

RELATOR


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 361/2011

Súmula: Altera a Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, que criou a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná e adota outras providências.

Art. 1º A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE INFRA-ESTRUTURA DO PARANÁ, criada pela Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, passa a denominar-se AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ - AGEPAR, ficando vinculada diretamente ao Governador do Estado.

Art. 2º. O parágrafo 3º do artigo 1º da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º. Equivalem-se, para os fins desta Lei, as expressões: AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ, AGÊNCIA REGULADORA, AGÊNCIA e a sigla AGEPAR.”

Art. 3º. Ficam incluídos ao art. 2º, da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, os seguintes incisos e parágrafo único:

“VI – Serviços de SANEAMENTO BÁSICO; e
VII – Serviços de ENERGIA.

Parágrafo único: A definição dos serviços a que se referem os incisos VI e VII deste artigo será regulamentada através de ato do Poder Executivo.”

Art. 4º. Fica renumerado o inciso VI do art. 2º da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, que passa a vigorar como inciso VIII com a seguinte redação:

“VIII – Outros serviços delegados que vierem a ser definidos por lei.”

Art. 5º. O art. 5º da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º. À AGÊNCIA compete regular, fiscalizar e controlar, nos termos desta Lei, os serviços públicos delegados do Paraná, conforme definidos no art. 2º, incisos V, VI, VII e VIII desta Lei.”

GABINETE DO GOVERNADOR



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Art. 6º. Ficam incluídos ao art. 16 da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, os seguintes incisos:

- “V – Diretor de Logística e Operações de Infraestrutura;
- VI – Diretor de Regulação de Energia; e
- VII – Diretor de Regulação de Saneamento.”

Art. 7º. Fica renumerado o inciso V do art. 16 da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, que passa a vigorar como inciso VIII com a seguinte redação:

- “VIII – Diretor de Fiscalização e Qualidade dos Serviços de Infraestrutura.”

Art. 8º. O inciso V do art. 22 da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

- “V – 6 (seis) representantes das entidades reguladas pela AGÊNCIA, com adequada qualificação técnica.”

Art. 9º. O art. 34 e seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34. Fica instituída a Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados, a que se refere esta Lei, a ser recolhida mensalmente pelos prestadores do serviço público abrangidos por este ato, como receita privativa da AGÊNCIA, mediante a aplicação da alíquota de 0,5% (cinco décimos por cento), da receita operacional bruta do concessionário e/ou permissionário.

Parágrafo único: A Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados terá implantação gradativa sendo 0,25% nos primeiros 12 (doze) meses e 0,50%, a partir do décimo terceiro mês.”

Art. 10. O art. 36 da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 36. A remuneração da AGÊNCIA pela prestação dos serviços delegados, objeto da presente Lei, deverá atender aos termos dos convênios firmados entre a AGÊNCIA DE REGULAÇÃO e o poder concedente.”

GABINETE DO GOVERNADOR



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Art. 11. O art. 37 da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37. Durante a primeira instalação regular da Diretoria da Agência, o Diretor-Presidente terá mandato de 2 (dois) anos e serão definidos pelo Chefe do Poder Executivo Estadual os demais Diretores com os seguintes mandatos:

- a. Diretor de Relações Institucionais e de Ouvidoria, com mandato de 1 (um) ano;
- b. Diretor de Tarifas e Estudos Econômicos e Financeiros, com mandato de 3(três) anos;
- c. Diretor Jurídico, com mandato de 4 (quatro) anos;
- d. Diretor de Fiscalização e Qualidade dos Serviços de Infraestrutura, com mandato de 5 (cinco) anos;
- e. Diretor de Logística e Operações de Infraestrutura, com mandato de 5 (cinco) anos;
- f. Diretor de Regulação de Energia, com mandato de 5 (cinco) anos; e
- g. Diretor de Regulação de Saneamento, com mandato de 5 (cinco) anos.”

Art. 12. O art. 39 da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39. O Governador do Estado encaminhará à Assembléia Legislativa, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei, projeto de lei dispondo sobre os cargos de provimento em comissão e sobre o quadro de pessoal permanente da AGÊNCIA.”

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 28 de março de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM Nº 07/2011

Curitiba, 28 de março de 2011

Senhor Presidente,


Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei visando a alteração da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, que busca ampliar a abrangência das ações da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná.

JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI

Desde 2002 está vigente a Lei Complementar nº 94, de 23 de julho, nela se contemplando a criação da Agência para a regulação de serviços públicos de infraestrutura no âmbito do Estado.

Por razões administrativas e também observando experiências de outras agências reguladoras criadas por outros entes federativos, vem este Poder Executivo propor a ampliação da abrangência da ação reguladora da Agência, com a inclusão não só de serviços públicos relacionados à infraestrutura, mas a todos os delegados, especialmente aqueles relacionados ao Saneamento, Energia e Tecnologia e Informática.

Esta ampliação proporcionará uma melhor administração e agilidade para o serviço público delegado no Estado do Paraná, indo ao encontro do objetivo de melhorar a qualidade dos serviços e do desenvolvimento integrado do Estado, adotando uma postura inovadora com um novo jeito de governar, previsto no Plano de Governo. É a preconizada administração flexível, voltada para o controle mais rígido dos custos e uma aplicação mais eficaz dos recursos públicos através do controle de qualidade e de eficiência dos serviços prestados pelo Estado.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
N/CAPITAL

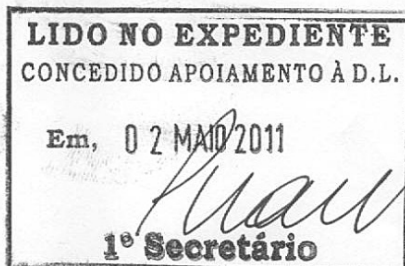
GABINETE DO GOVERNADOR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Palácio das Araucárias – Curitiba, 12 de abril de 2011
OF CEE/G 042/11



I - A DAP para providências
a leitura no expediente
II - A DL para providências
e, 02 maio 2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 07/2011, relativa ao anteprojeto de lei que visa a alteração da Lei Complementar n.º 94, de 23 de julho de 2002, que busca ampliar a abrangência das ações da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 361/11

Projeto de Lei Complementar nº. 361/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 007/11

Súmula: Altera a Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, que criou a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná e adota outras providências.

EMENTA: PROPÕE A AMPLIAÇÃO DA ABRANGÊNCIA DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE INFRA-ESTRUTURA DO PARANÁ, COM A INCLUSÃO NÃO SÓ DE SERVIÇOS PÚBLICOS RELACIONADAS À INFRAESTRUTURA, MAS A TODOS OS DELEGADOS, ESPECIALMENTE AQUELES RELACIONADOS AO SANEAMENTO, ENERGIA E TECNOLOGIA E INFORMATICA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 174 CF. ARTS. 65, 87 E 146 DA CE. ARTS. 29, 33, 124 E 137 REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 4º DECRETO FEDERAL 200/67. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei Complementar de autoria do Poder Executivo tem como escopo alterar a Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, buscando assim ampliar a abrangência das ações da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei Complementar, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

O doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello conceitua serviço público da seguinte forma:

Serviço público é toda atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material destinada à satisfação da coletividade em geral, mas fruível singularmente pelos administrados, que o Estado assume como pertinente a seus deveres e presta por si mesmo ou por quem lhe faça as vezes, sob um regime de Direito Público – portanto, consagrador de prerrogativas de supremacia e de restrições especiais-, instituído em favor dos interesses definidos como públicos no sistema normativo.¹

O Ministro Joaquim Barbosa do Supremo Tribunal Federal define agência reguladora:

¹ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*, São Paulo - SP: Malheiros Editores Ltda., 2005. 18 ed. pg. 628.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Agência reguladora é uma autarquia especial, criada por lei, também com estrutura colegiada, com a incumbência de normatizar, disciplinar e fiscalizar a prestação, por agentes econômicos públicos e privados, de certos bens e serviços de acentuado interesse público, inseridos no campo da atividade econômica que o Poder Legislativo entendeu por bem destacar e entregar à regulamentação autônoma e especializada de uma entidade administrativa relativamente independente da Administração Central.²

Compreendem a Administração Indireta, conforme o Decreto Federal 200/67, as Autarquias, as Empresas Públicas, as fundações públicas e as sociedades de economia mista. Como está disposto em seu artigo 4º, inciso II:

Art. 4º A Administração Federal compreende:
II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:
a) Autarquias;
b) Empresas Públicas;
c) Sociedades de Economia Mista;
d) fundações públicas.

A Constituição Federal enuncia que o Estado exercerá como agente normativo e regulador da atividade econômica as funções

² GOMES, Joaquim B. Barbosa. Agências reguladoras: a metamorfose do Estado e da Democracia. Disponível em:
http://www.mundojuridico.adv.br/sis_artigos/artigos.asp?codigo=32.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, nos termos art. 174:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Destarte, o Projeto de Lei Complementar é o meio adequado para dispor sobre a matéria em questão, nos termos do artigo 146 da Constituição Estadual:

Art. 146. Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

§ 1º. Lei complementar disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato, de sua renovação e prorrogação, bem como sobre as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;
(grifos nossos)

Além disso, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos do artigo 87, vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei Complementar.

No entanto, com o objetivo de retificar erro de grafia no Projeto de Lei Complementar ora em tela, propõe-se a seguinte emenda modificativa, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido, dispõe o art. 137, §2º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

O projeto original não se atentou que ao criar mais 3 (três) cargos, o caput do artigo 16 da Lei Complementar nº 94/2002, também necessariamente deve ser modificado.

Além disso, o artigo 12 do projeto possui técnica legislativa incorreta. Esta norma propõe que seja alterada a Lei Complementar nº 94/2002, quando não é necessária tal mudança. A intenção do Poder Executivo é enviar um projeto de lei dispondo sobre a nova estrutura dos cargos de provimento em comissão e sobre o quadro de pessoal permanente da Agência, no prazo de 180 (cento e oitenta dias) após a sanção do projeto em análise. Todavia, da forma como foi escrito, o dispositivo dá a entender que este prazo será contado a partir da publicação da Lei Complementar nº 94/2002, o que não faz sentido.

A simples correção de tais erros é o que se propõe na emenda modificativa em anexo.

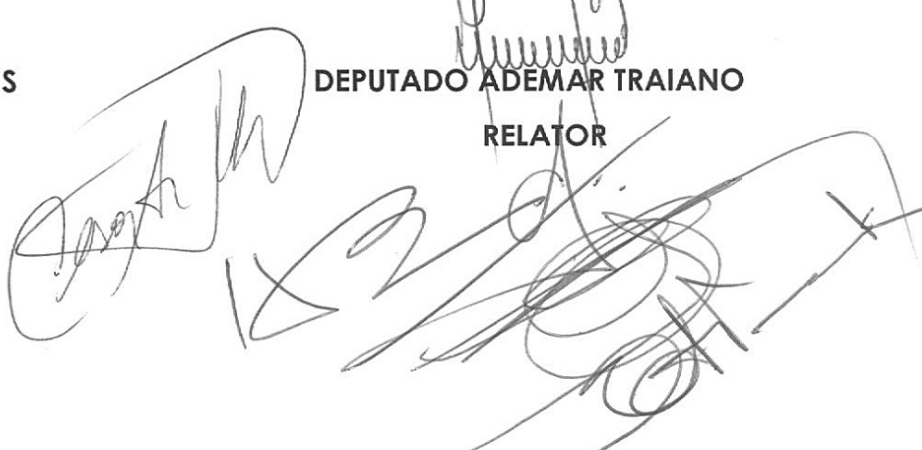
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei Complementar, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 361/2011

De acordo com o que determina os artigos 29 e 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o art. 6º e o art. 12, do Projeto de Lei Complementar nº 361/11, a contar com a seguinte redação:

Art.6º. Fica alterado o caput e acrescidos incisos ao art. 16 da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, passando a vigorar a com a seguinte redação:

"Art.16. A Diretoria da AGÊNCIA será composta por **8 (oito)** Diretores, a saber:

(...)

V – Diretor de Logística e Operações de Infraestrutura;

VI – Diretor de Regulação de Energia; e

VII – Diretor de Regulação de Saneamento."

(...)

Art.12. O Governador do Estado encaminhará à Assembleia Legislativa, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei, projeto de lei dispondo sobre a nova estrutura de cargos de provimento em comissão e sobre a nova estrutura do quadro de pessoal permanente da Agência.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 361/2011

Projeto de Lei Complementar n.º 361/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem n.º 007/11

Súmula: Altera a Lei Complementar n.º 94, de 23 de julho de 2002, que criou a Agência de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná e adota outras providências.

EMENTA: PROPÕE A AMPLIAÇÃO DA ABRANGÊNCIA DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE INFRA-ESTRUTURA DO PARANÁ, COM A INCLUSÃO NÃO SÓ DE SERVIÇOS PÚBLICOS RELACIONADOS A INFRA-ESTRUTURA, MAS A TODOS OS DELEGADOS, ESPECIALMENTE AQUELES RELACIONADOS AO SANEAMENTO, ENERGIA E TECNOLOGIA E INFORMÁTICA. POSSIBILIDADE, LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 174 cf. ARTS 65,87 E 146 DA CE. ARTS 29, 33, 124 E 137 REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 4º DECRETO FEDERAL 200/67. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei Complementar de autoria do Poder Executivo tem como escopo alterar a Lei Complementar n.º 94 de 23 de julho de 2002, buscando ampliar a abrangência das ações da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná.

RELATÓRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado como relator da matéria tratada no Projeto de Lei Complementar n.º 361/2011, na qual passo a relatar:

O Projeto de Lei Complementar n.º 361/11 é de extrema importância para a evolução da segurança jurídica a que se atenta as Agências Reguladoras para o Estado do Paraná. Esta Comissão vislumbra que o Projeto em tela corresponde a um enfático benefício a toda população, visto que a referida ampliação pretendida por este Projeto proporcionará uma melhor administração e agilidade para o serviço público delegado do Estado.

Cabe ressaltar que para aprovação da presente Proposição, é necessária a autorização desta Casa de Leis, estando extremamente vinculado o parecer desta Comissão, pela qual analisa os requisitos técnicos quanto a execução desta ampliação.

As análises técnicas que foram feitas, bem como os parecer anexados ao Projeto, demonstram que as prerrogativas para que a proposta possa ser viabilizada, estão de acordo com as exigências legais e técnicas, entendendo-se que a presente merece prosperar.

No que tange ao mérito da matéria entende-se que não há nenhum tipo de impedimento que possa obstruir sua deliberação pelo Plenário Legislativo. Por se tratar de matéria que atende ao interesse público, uma vez que a ampliação de abrangência de ação das Agências Reguladoras, criadas pela Lei Complementar 94/2002, bem como a inclusão dos serviços públicos citados no Projeto de Lei Complementar serão de grande valia e de extrema importância para toda população do Estado.

No entanto, com o objetivo de beneficiar a tramitação do Projeto, enquadrá-lo no âmbito da constitucionalidade e, também, afim de que este atenda as necessidades apresentadas em Audiência Pública realizada por esta Comissão, apresenta-se Substitutivo Geral, com base no art. 29 do Regimento interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 29 A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas;
(grifos nossos)

No mesmo sentido, dispõe o art. 137, § 2º do Regimento interno desta Casa de Leis:

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto

O Projeto original não se atentou a alguns requisitos que interferem diretamente a estrutura organizacional da Agência Reguladora, já que segundo artigo 20 e seguintes da Lei Complementar 94/2002 o conselho será composto por 11 (onze) conselheiros, enquanto o Projeto de Lei Complementar em questão aumenta o número de conselheiros para 14 (quatorze), uma vez que o número de diretorias também seria aumentado, não coexistindo assim, uma paridade entre representantes do Governo, Entidades Reguladoras e os Usuários de serviços. A fim de promover a referida paridade é que o substitutivo em anexo suprime os artigos 6º, 7º, 8º e 11º, que se referem a este tema.

Com o objetivo de destacar setor a ser atendido pelas Agências Reguladoras, como foi sugerido e acordado em Audiência Pública, propõe-se a inclusão da expressão “gás natural” ao inciso VII do artigo 3º do Projeto de Lei Complementar, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Ficam incluídos ao artigo 2º da Lei complementar n.º 94 de 23 de julho de 2002, os seguintes incisos e parágrafo único:

VI – Serviços de SANEAMENTO BÁSICO,

VII - Serviços de ENERGIA e GÁS NATURAL.

Parágrafo único: A definição dos serviços a que se referem os incisos VI e VII desse artigo será regulamentada através de ato do Poder Executivo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Uma última alteração objetivada pelo Substitutivo Geral em anexo refere-se ao artigo 9º do referido Projeto de Lei Complementar. O que pretende-se é a limitação do valor da Taxa de Regulação dos Serviços Públicos Delegados, passando o referido artigo a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º. O art. 34 e seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34. Fica instituída a Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados, a que se refere esta Lei, a ser recolhida mensalmente pelos prestadores do serviço público abrangidos por este ato, como receita privativa da AGÊNCIA, mediante a aplicação da alíquota de até 0,5% (cinco décimos por cento), da receita operacional bruta do concessionário e/ou permissionário.

Parágrafo único: A Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados terá implantação gradativa sendo até 0,25% nos primeiros 12 (doze) meses e 0,50%, a partir do décimo terceiro mês.”

VOTO DO RELATOR

Pelos motivos ora relatados voto favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei Complementar n.º 361/2011 na forma de Substitutivo Geral.

V – CONCLUSÃO


Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do Projeto de Lei nº 361/2011, os Deputados que compõem a Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela



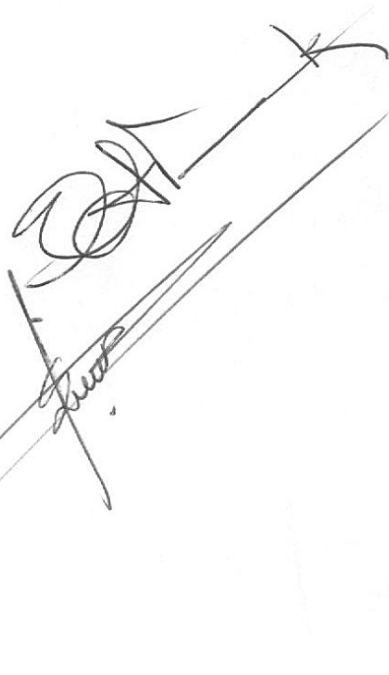
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Aprovação do referido Projeto de Lei Complementar em tela, na forma de **Substitutivo Geral**.


Francisco Buher
Presidente da Comissão


Marcelo Rangel
Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 361/2011

Com fulcro nos artigos 29 e 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o Projeto de Lei Complementar n.º 361/2011 a contar com a seguinte redação:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 361/2011

Súmula: Altera a Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, que criou a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná e adota outras providências.

Art. 1º A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE INFRA-ESTRUTURA DO PARANÁ, criada pela Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, passa a denominar-se AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ - AGEPAR, ficando vinculada diretamente ao Governador do Estado.

Art. 2º. O parágrafo 3º do artigo 1º da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º. Equivalem-se, para os fins desta Lei, as expressões: AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ, AGÊNCIA REGULADORA, AGÊNCIA e a sigla AGEPAR.”

Art. 3º. Ficam incluídos ao art. 2º, da Lei Complementar n.º 94, de 23 de julho de 2002, os seguintes incisos e parágrafo único:

“VI – Serviços de SANEAMENTO BÁSICO;

VII – Serviços de ENERGIA e GÁS NATURAL.”



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Parágrafo único: A definição dos serviços a que se referem os incisos VI e VII deste artigo serão regulamentados através de ato do Poder Executivo.”

Art. 4º. Fica renumerado o inciso VI do art. 2º da Lei Complementar n.º 94, de 23 de julho de 2002, que passa a vigorar como inciso VIII com a seguinte redação:

“VIII – Outros serviços delegados que vierem a ser definidos por lei.”

Art. 5º. O art. 5º da Lei Complementar n.º 94, de 23 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 5º.** À AGÊNCIA compete regular, fiscalizar e controlar, nos termos desta Lei, os serviços públicos delegados do Paraná, conforme definidos no art. 2º, incisos V, VI, VII e VIII desta Lei.”

Art. 6º. O art. 34 e seu parágrafo único, da Lei Complementar n.º 94, de 23 de julho de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 34.** Fica instituída a Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados, a que se refere esta Lei, a ser recolhida mensalmente pelos prestadores do serviço público abrangidos por este ato, como receita privativa da AGÊNCIA, mediante a aplicação da alíquota de até 0,5% (cinco décimos por cento), da receita operacional bruta do concessionário e/ou permissionário.

Parágrafo único: A Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados terá implantação gradativa sendo até 0,25% nos primeiros 12 (doze) meses e até 0,50%, a partir do décimo terceiro mês.”

Art. 7º. O art. 36 da Lei Complementar n.º 94, de 23 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 36.** A remuneração da AGÊNCIA pela prestação dos serviços delegados, objeto da presente Lei, deverá atender aos termos dos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


convênios firmados entre a AGÊNCIA DE REGULAÇÃO e o poder concedente.”

Art. 8º. O Governador do Estado encaminhará à Assembleia Legislativa, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei, projeto de lei dispondo sobre a nova estrutura dos cargos de provimento em comissão e sobre a nova estrutura do quadro de pessoal permanente da Agência.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões,

04/07/11


Francisco Buher
Presidente da Comissão


Marcelo Rangel
Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury

**SUBEMENDA ADITIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL DO PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR N.º 361/2011**

Com fulcro nos artigos 29 e 137, § 3º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acrescenta-se o artigo 9º ao Substitutivo Geral do Projeto de Lei Complementar n.º 361/2011, seguindo os demais na mesma ordem, a contar com a seguinte redação:

“Art. 9º Os limites máximos a serem gastos, em Despesas de Capital, de Pessoal e Corrente, pela Agência Reguladora, deverão ser estabelecidos na Lei Orçamentária anual e na Lei de Diretrizes Orçamentária.”

Sala das Comissões, em 04/07/2011

Três assinaturas manuscritas em tinta preta. A primeira assinatura, no topo, é a de Marcelo Rangel. A segunda, no meio, é uma assinatura mais fluida e estilizada. A terceira, na base, também é uma assinatura manuscrita.

MARCELO RANGEL
Deputado Estadual



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

Ofício nº 337/2011

Curitiba, em 11 de julho de 2011.

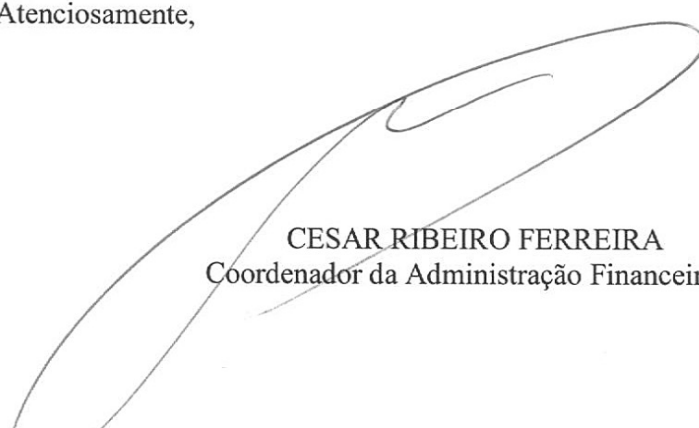
Senhor Diretor,

Em atenção à solicitação para análise dos custos do anteprojeto de lei que trata da Agencia Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná, em tramite na Assembléia Legislativa, temos a informar que: *P.L.C. Nº 361/11*

- a aprovação e implantação desse anteprojeto de lei não acarretará custos para o Estado, visto tratar-se de alterações estruturais na Agencia.

É a informação.

Atenciosamente,


CESAR RIBEIRO FERREIRA
Coordenador da Administração Financeira do Estado

Ilmo.Sr.
Dr. AMAURI ESCUDERO MARTINS
MD. Diretor Geral da Secretaria de Estado da Fazenda
N/PRÉDIO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 361/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo § 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 07/11, que altera a Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, que criou a Agência Reguladora de Serviços Públicos delegados de infra-estrutura do Paraná e adota outras providências.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável com Emenda Modificativa.

A matéria recebeu também, o devido parecer favorável na forma de Substitutivo Geral com Emenda da douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se justificada. Tendo em vista que a ampliação proposta pela matéria visa uma melhor administração e agilidade para o serviço público delegado no Estado do Paraná.

De igual modo, saliento que o próprio autor ressalta que encaminhará à esta Assembléia Legislativa, no prazo de 180 dias da publicação desta Lei, projeto dispondo sobre os cargos de provimento em comissão e sobre o quadro de pessoal permanente da Agência.

Desta forma, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 11/07/11

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR

Assinaturas manuscritas:
- Assinatura de Ademir Bier
- Assinatura de Francisco Buhrer
- Assinatura de Elcio Ruzich
- Assinatura de Prof. Lemos



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 021/2011

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de junho de 2011. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART.1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de junho de 2011.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 11 de julho de 2011.

DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
Relator



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER Á PROPOSIÇÃO Nº. 016/2011

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, que destaca a prestação de contas da verba para atender despesas dos Senhores Deputados, relativas ao mês de junho de 2011, regulamentada pela Resolução no. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Alicerçado na análise formal e nos informes contidos nos relatórios apresentados, consideramos correta a prestação de contas, dentro das normas de sua regulamentação, de acordo com a legislação em vigor, não restando óbice quanto a aprovação das contas apresentadas.

Pelo acima exposto, decidimos pela aprovação da presente Proposição.

É o PARECER – FAVORÁVEL.

Sala das Comissões em, 11 de julho de 2011.

DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
Relator